

CERCO DO PORTO – A EXPEDIÇÃO AO ALGARVE

Durante os últimos meses de 1832, D. Pedro mandou efectuar em França várias diligências no sentido de ser contratado para chefe do exército liberal um general experiente e prestigiado, que fizesse sair as suas tropas da situação de imobilismo a que o inimigo as confinara. Os diplomatas portugueses chegaram, por fim, a acordo com o general Barão Jean Baptiste Solignac, o qual desembarcaria, em S. João da Foz, no dia 1 de Janeiro de 1833.

Solignac trazia no seu currículo a experiência de ter servido no exército de Napoleão I, tendo participado na campanha de Itália sob as ordens de Massena e Clausel. Por essa razão, nele se depositaram naturais esperanças de vir a conferir às tropas liberais aquela centelha de genialidade capaz de produzir as vitórias que a fortuna das armas até aí negara. Contra ele tinha a idade – sessenta e dois anos – bem longe da juventude dos generais que haviam brilhado sob as ordens do imperador francês.

Ao atingir-se o mês de Junho de 1833, instalara-se em ambos os campos em confronto a ideia de que nem os realistas conseguiram entrar no Porto, nem os liberais logravam furar o cerco. Esta situação de impasse era particularmente desgastante para o prestígio e autoridade dos dois príncipes inimigos. No caso de D. Pedro – limitado que estava nos seus movimentos pela condição de sitiado –, os danos causados pela intriga e pelas invejas que grassavam entre os seus mais directos servidores haviam feito empalidecer a sua estrela imperial.

O general Solignac – que achava que não havia sido contratado para tamanha inactividade – sentia-se na obrigação de propor uma saída para o impasse. Realizara diversos reconhecimentos às linhas inimigas, procurando entrever algum local que, por menos guarnecido, favorecesse o rompimento triunfante das posições realistas. Em determinado momento, apresentou duas propostas de alcance estratégico diverso: uma operação de rotura do cerco, ou, em alternativa, uma expedição por via marítima, seguida de desembarque na vizinhança de Lisboa, com um efectivo rondando os 5.000 homens. A segunda hipótese mereceu a mais viva recusa da maior parte dos conselheiros directos de D. Pedro, que achavam o efectivo da força demasiado elevado, pondo em risco a conservação da cidade.

O que veio a ser aprovado, no entanto, foi mesmo uma acção por via marítima – mas com uma força muito menor – que deveria ocorrer algures no Sul do país, materializando, assim, um autêntico envolvimento estratégico. Perante esta decisão, Solignac pediu a sua demissão, a qual foi logo aceite pelo duque de Bragança, para satisfação de muitos dos seus conselheiros.

Entretanto, também o almirante Sartorius fora demitido do comando da esquadra liberal. Os representantes de D. Pedro em Inglaterra conseguem, então, contratar o capitão-de-mar-e-guerra Charles Napier para o substituir. Chega ao Porto a 1 de Junho de 1833, acompanhado do duque de Palmela e do financeiro Mendizábal. Promovido por D. Pedro a vice-almirante da armada constitucional, Napier chega a Portugal no momento mais oportuno possível.

De facto, no seguimento da discussão que originara a demissão de Solignac, o duque de Bragança decide-se então por um desembarque de 2.500 homens na costa algarvia. Para comandar a expedição, foi nomeado o duque da Terceira, cabendo ao duque de Palmela o governo civil provisório dos territórios que viessem a ser restaurados. Na manhã de 21 de Junho de 1833, largava do Porto a frota que transportava a força expedicionária, constituída pelos Regimentos de Infantaria 3 e 6, Batalhões de Caçadores 2 e 3, 1.º Batalhão do Regimento de Infantaria Ligeira da Rainha (franceses), um destacamento de lanceiros apeados e, finalmente, um destacamento de artilharia formado por pessoal da Universidade de Coimbra. As tropas de desembarque eram transportadas em 5 vapores fretados em Inglaterra, sendo a escolta constituída por 3 fragatas, 1 corveta e 1 brigue, sob o comando de Napier.

Pelas três horas da tarde do dia 24 de Junho, a esquadra liberal encontrava-se em frente da praia da Alagoa, lugar escolhido para o desembarque. Situado entre o Forte da Cacela e o Monte Gordo, o local era aberto e apenas se encontrava protegido por umas pequenas e mal guarnecidas fortificações, cujos fogos foram prontamente neutralizados pela fragata-almirante. Logo que as

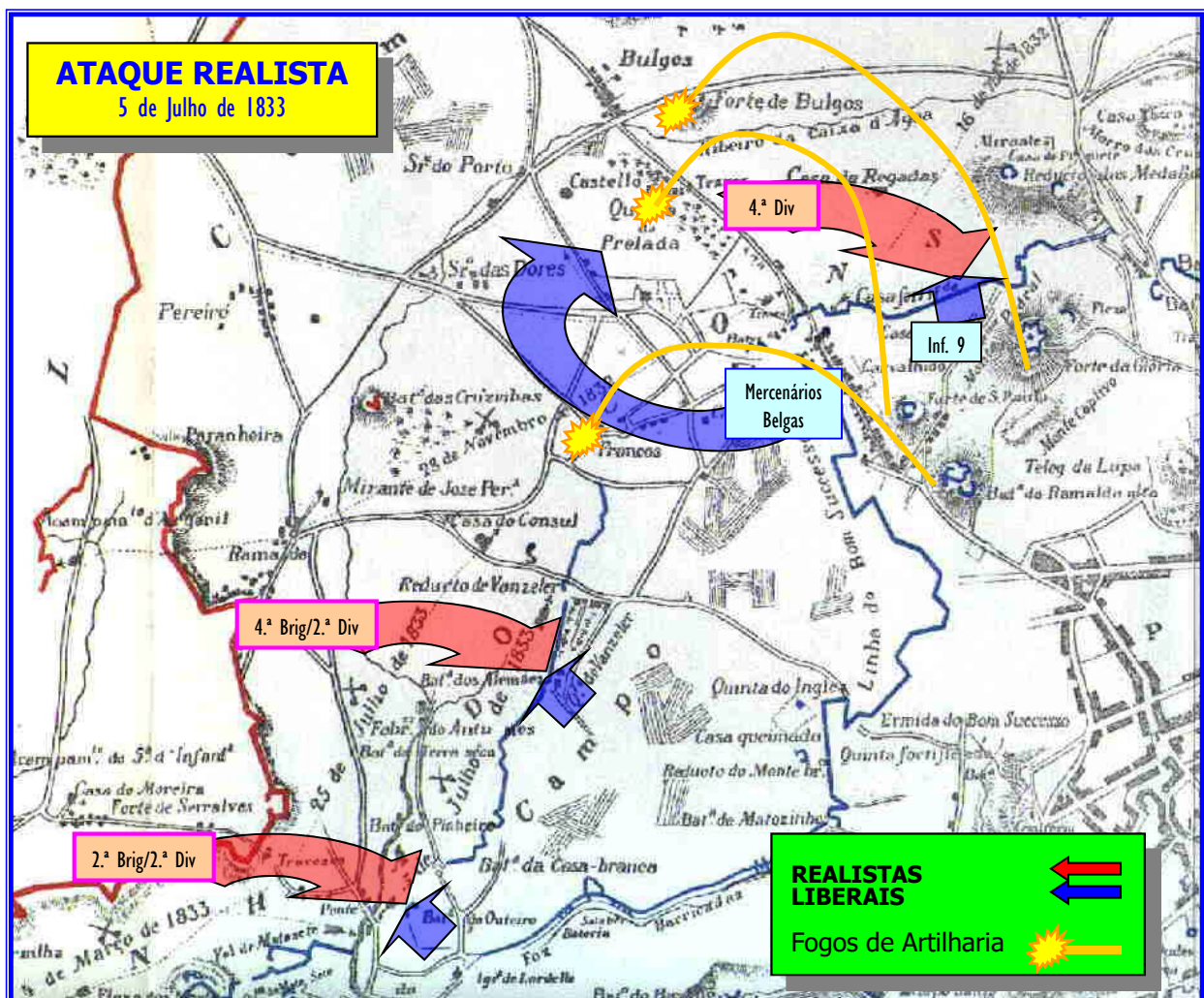
tropas liberais chegaram a terra, as guarnições realistas retiraram das suas posições, efectuando-se o desembarque sem qualquer oposição.

A surpresa causada no campo miguelista por tão inesperado desembarque foi total. No dia 25, uma força constituída na sua maior parte por milícias de Tavira, Faro e Beja, tenta efectuar um reconhecimento às tropas desembarcadas. Como estas se dirigiam, entretanto, para Tavira, decidiram os miguelistas guarnecer a ponte sobre o rio Alargem, procurando embaraçar o progresso da coluna liberal. Após um breve combate, as tropas e milícias realistas abandonaram o terreno e permitiram aos liberais a continuação do seu movimento, que os levaria a entrar a 26 em Olhão e, a 27, em Faro.

Apesar do bom acolhimento que a população algarvia tributou às tropas do duque da Terceira, o entusiasmo para pegar em armas contra D. Miguel era manifestamente reduzido. Esta circunstância retirava ao duque todas as possibilidades de se pôr em marcha rumo ao Alentejo, como era seu desejo, pois não dispunha de forças suficientes para tal empreendimento.

Um facto houve, entretanto, que veio alterar consideravelmente o rumo da guerra: a esquadra miguelista, até aí fundeada no Tejo, fez-se ao mar logo que em Lisboa se soube do desembarque dos liberais no Algarve, decidida a fazer frente aos navios de Napier. Este, embora em inferioridade de meios, não se furtou ao combate e tomou mesmo a iniciativa de se lançar à abordagem dos navios inimigos, obtendo uma extraordinária e decisiva vitória. Esta batalha naval – travada a 5 de Julho de 1833 e conhecida por Batalha do Cabo de S. Vicente – deixou a barra de Lisboa à mercê dos navios de Napier, e, sobretudo, teve um alto efeito moralizador do lado constitucionalista.

Logo que soube da vitória da esquadra liberal, o duque da Terceira – que se ficara por Loulé a meditar nas dificuldades que a sua diminuta força teria para sair do Algarve – não teve dúvida alguma em pôr-se em marcha rumo a Lisboa.



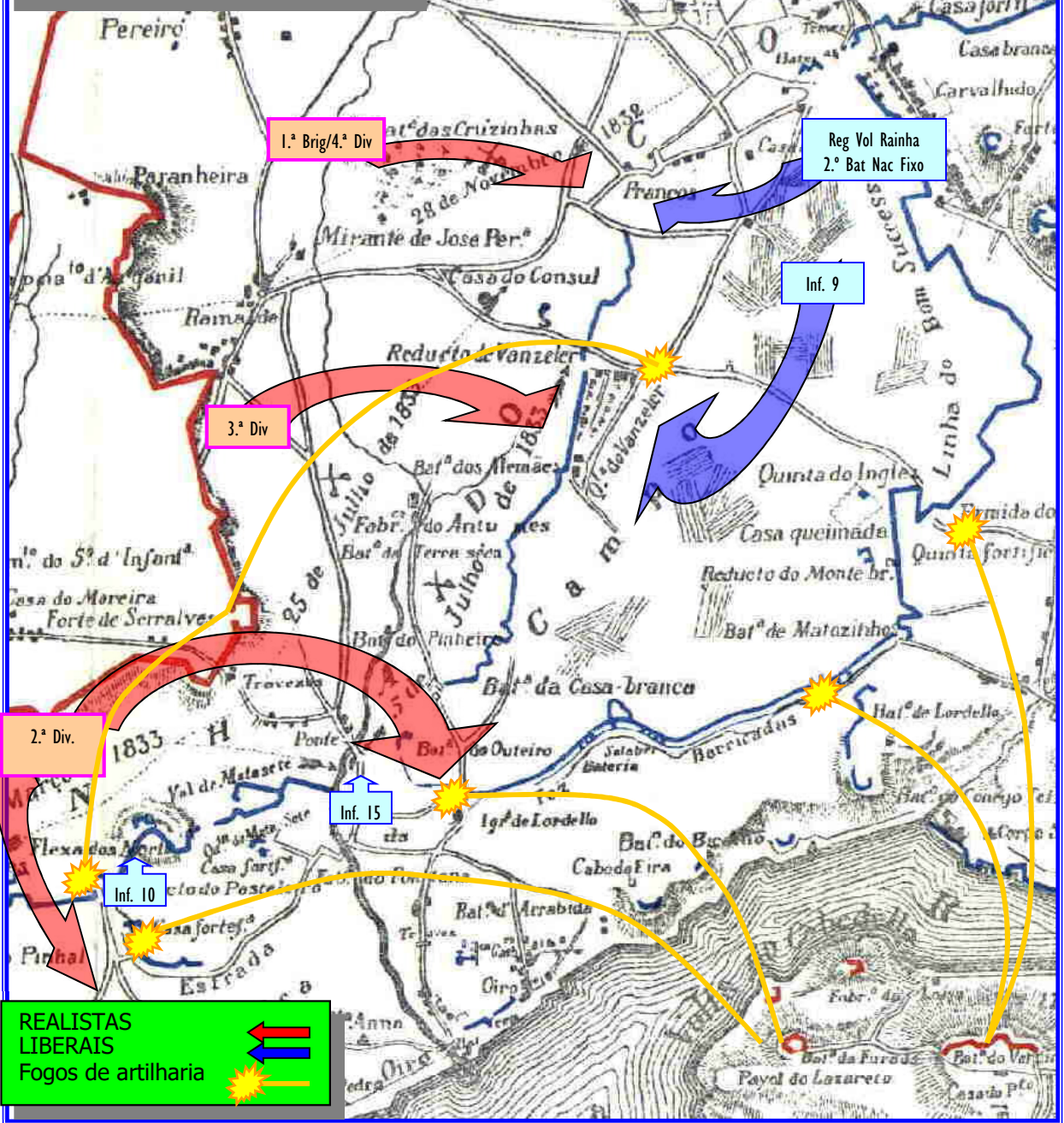
No Porto – onde D. Pedro reassume o comando directo das tropas sitiadas, tendo a seu lado o marechal Saldanha, como Chefe do Estado-Maior do exército constitucional –, os miguelistas tentavam tirar vantagem do enfraquecimento da guarnição liberal motivado pela expedição ao Algarve. Por mera coincidência, no mesmo dia 5 de Julho em que se travava a batalha naval do Cabo de S. Vicente, desencadearam um fortíssimo ataque entre a quinta do Wanzeller e a casa do Plácido, ameaçando cortar as comunicações entre a cidade e a Foz. Simultaneamente, o sector Norte era atacado por três colunas realistas, junto ao Monte Pedral. Neste caso, a pronta intervenção de um destacamento de Infantaria 9, conjugado com os fogos da bateria instalada no sector, foi suficiente para travar a investida dos atacantes. Entretanto, na zona da Prelada, um contra-ataque conduzido por quatro companhias de mercenários belgas, com o apoio dos fogos das baterias da Glória, Ramada Alta e S. Paulo (localizadas entre o Carvalhido e o Monte Pedral), levou à conquista do reduto da Prelada, já muito próximo da posição realista do forte do Bulgos (Monte dos Burgos). Esta acção permitiu, ainda, que as forças liberais ocupassem, definitivamente, a Casa da Prelada e a aldeia de Francos. Pelo fim da tarde, os realistas ainda levaram a cabo um ataque no sector oriental, contra os redutos das Antas, da Lomba e de Campanhã. Apesar de, na ocasião, se terem travado renhidos combates, não chegou a verificar-se qualquer situação que colocasse em perigo a consistência do dispositivo dos constitucionais.

Enquanto entre os liberais o ânimo se ia fortalecendo com as vitórias alcançadas, no meio dos miguelistas a descrença era já grande e o moral das tropas achava-se consideravelmente abalado. Não admirará, pois, que o desembarque do Marechal-de-França Louis August Victor, Conde de Bourmont, efectuado em Vila do Conde no dia 10 de Julho de 1833, tivesse feito renascer a esperança no triunfo da causa absolutista. Aquele famoso Marechal, que D. Miguel contratara para chefe do seu exército, era um dos mais experientes chefes militares do seu tempo. Tal como Solignac, havia servido sob as ordens de Napoleão I. Em plena batalha de Waterloo, no entanto, passar-se-ia para o lado dos aliados, e viria, em 1830, a notabilizar-se como principal responsável pela conquista de Argel. Como era costume na época, Bourmont fez-se acompanhar de alguns oficiais franceses – todos eles ideologicamente realistas, como convinha à causa de D. Miguel – que viriam a ocupar postos importantes no exército absolutista.

Após ter efectuado as inspecções e os preparativos que julgou necessários, Bourmont percebeu que não havia tempo a perder. Mandou vir da margem sul o máximo de efectivos que a situação permitia, e, a 25 de Julho, lançou o mais violento ataque sobre os sitiados durante o ano de 1833. O objectivo principal da operação, tal como nos combates de 5 de Julho, era lograr uma profunda penetração da frente liberal por alturas da Quinta do Wanzeller e das fortificações de Lordelo. Esperava, deste modo, cortar a ligação da cidade com as posições liberais na zona da Foz. O assalto às posições do Wanzeller seria conduzido pela 3.^a Divisão do general Lemos, reforçada com a 1.^a Brigada da 4.^a Divisão. Mais a sul, entre o Douro e Lordelo, caberia à 2.^a Divisão – comandada por um dos oficiais de Bourmont, o Conde Louis de Larochejaquelin – a conquista da ala esquerda da defesa liberal. A leste, no sector da 4.^a Divisão, seria conduzido um ataque secundário para fixação de efectivos do exército liberal. Ao todo, o efectivo empenhado por Bourmont ascenderia a cerca de 12.000 homens.

A operação inicia-se com as primeiras luzes da madrugada. Posicionado no morro de S. Gens, D. Miguel assiste ao desenrolar do ataque. Uma forte preparação de artilharia abre caminho ao avanço da infantaria e procura, simultaneamente, interdizer os itinerários do interior da cidade que possam ser utilizados no deslocamento de reforços para as áreas de Lordelo e Pasteleira. Logo de seguida, tropas de lanceiros a cavalo carregam sobre as posições que ainda resistem. As primeiras posições liberais a caírem nas mãos dos atacantes são as de Vilar de Francos e todo o casario situado entre a Prelada e o reduto do Wanzeller. Logo a seguir, os atacantes tomam conta da Fábrica de Chita de Ramalde. Depois, junto ao sólido muro do jardim do Wanzeller, são forçados a parar. O obstáculo está bem defendido e só poderia ser destruído com tiros de artilharia pesada.

ÚLTIMO ATAQUE REALISTA
25 de Julho de 1833



Esclarecida a intenção do atacante, o comando das tropas sitiadas acciona, então, as suas forças de reserva, que, com a larga experiência de outras situações idênticas, procuram atacar os flancos desprotegidos dos realistas. Da Serra do Pilar, o brigadeiro Torres ordena que a sua artilharia abra fogo contra a artilharia inimiga que, do lado de Gaia, apoia o ataque miguelista. Travam-se nos diversos sectores violentos combates, a tiro e à arma branca. A cavalaria realista, sempre procurando o local mais aceso dos combates, sofre pesadas perdas em homens e cavalos. O ímpeto dos atacantes vai-se extinguindo progressivamente, e, em determinado momento, Bourmont – que assistia ao ataque no forte de Serralves – não teve outro remédio que não fosse ordenar a recolha das suas tropas.

Um ataque secundário levado a cabo nesse mesmo dia no sector de Campanhã/Bonfim não logrou sucesso local nem foi determinante como diversão ao ataque no sector ocidental. Todavia, a ilustrar a dificuldade com que os liberais sustentaram o poderoso ataque de 25 de Julho estão as perdas que sofreram: 67 mortos, 244 feridos e 11 prisioneiros ou extraviados.

Ao mesmo tempo que decorriam estes acontecimentos, a coluna do duque da Terceira continuava a sua marcha na direcção de Lisboa. A 23 de Julho, a última resistência é vencida em Cacilhas, e, no dia seguinte, após a travessia do Tejo, o duque da Terceira era triunfalmente recebido na capital do reino, que, na madrugada desse dia, fora evacuada pelas tropas miguelistas.

Já conhecedor da ocupação de Lisboa pelas tropas liberais, D. Pedro para lá se deslocou, por mar, no dia 26 de Julho, deixando Saldanha no comando da defesa da *Cidade Invicta*. Antes de partir, porém, mandou publicar uma carta, dirigida à população do Porto, na qual comunicava os últimos sucessos das tropas liberais, explicava as razões da sua partida e manifestava o seu elevado apreço pela indomável resistência dos portuenses ao longo de todo o cerco.

David Martelo – 2000/2018